

O *general intellect* da juventude: a experiência do NoAR

Alexandre Barbalho*

Resumo Este artigo¹ discute as possibilidades da criação audiovisual como linha de fuga ao Estado e à sociedade de controle. Tendo como referência teórica o debate em torno da biopolítica, do trabalho imaterial e, em especial, de *general intellect*, observa-se o caso específico do projeto NoAR desenvolvido em Fortaleza pela ONG Alpendre com jovens em situação de risco social que produzem um programa veiculado na rede pública de televisão.

Palavras-chave juventude; mídia; biopolítica; trabalho imaterial; *general intellect*

The general intellect of youth: the NoAR experience

Abstract This article discusses the possibilities of audiovisual creation as an escape line from the State and the society of control. Taking as its main theoretical reference the debate on biopolitics, immaterial labour and, specially, the *general intellect*, it examines the specific case of the NoAR project developed in Fortaleza (northeastern Brazil) by the *Alpendre* NGO with young people in a “social risk” situation who produce a local Public TV program.

Keywords youth; media; biopolitics; immaterial labour; *general intellect*

Este artigo retoma reflexões anteriores sobre o projeto e o programa de TV NoAR, programa este realizado por jovens oriundos das classes baixas de Fortaleza com apoio da ONG Alpendre. Interessa-nos perceber, na pesquisa em andamento, como esses jovens vêm experimentando novas formas de sociabilidade e de política, bem como de produção audiovisual².

Ana Wortman (2000), analisando os programas da TV argentina que são conduzidos pelos “comunicadores sociais jovens” e não, simplesmente, programas voltados para a juventude, se pergunta quem fala nesses programas, ou melhor, qual é o sujeito, ou quais são os sujeitos destas enunciações? Seu pressuposto é o de que estes comunicadores ativam uma nova subjetividade configurada por uma cultura juvenil que vai se elaborando no ocidente após a Segunda Guerra -

* Professor dos PPGs em Políticas Públicas e Sociedade da UECE e em Comunicação da Universidade Federal do Ceará. Av. Álvaro Correia, 455, apto. 602, Mucuripe. Fortaleza CE. Cep: 60165-230 Email: alexandrebarbalho@hotmail.com

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Ver BARBALHO, 2009; 2008; 2007; 2006. A pesquisa denomina-se “Minorias, cidadania e mídia: Políticas culturais juvenis no espaço público contemporâneo” e conta com a participação dos seguintes bolsistas de iniciação à pesquisa científica: Jéssica Steindorfer, Carlos Augusto Pinheiro e Vicente Amaral.

cultura esta em grande parte conformada pelos meios de comunicação e suas sempre atualizadas tecnologias.

No entanto, Wortman observa que, se em suas origens esta cultura juvenil era marcada pelo símbolo da rebeldia, da contestação, enfim, da contracultura (beatniks, hippies, militantes do Black Power, maoístas etc), hoje os jovens estariam distantes deste universo de significados. Atualmente, a juventude está na “moda” no duplo sentido desta afirmação. Ou seja, não apenas consome os produtos da moda, mas aquilo que é usualmente considerado como “jovem” passa a ser consumido por todas as faixas etárias, em um processo juvenilização do socius³.

A juventude, portanto, determina o que é *in* e *out* na sociedade de consumo contemporânea. Ao mesmo tempo que se encontra submetida a um “processo de homogeneização que configura um novo regime de verdade, uma nova racionalidade na lógica cotidiana, que institui a comunicação entre os indivíduos e conforma o tecido social” (WORTMAN, 2000, p. 104).

Ela deixa de ser apenas uma palavra, parafraseando a conhecida afirmação de Bourdieu, e se transforma em produto altamente demandado. Como situam Mario Margulis e Marcelo Urresti (2000), a “juventude” está associada a traços apreciados pela estética dominante o que lhe confere valor simbólico e permite comercializar seus produtos na forma de inúmeras mercadorias e serviços que impactam sobre os discursos sociais.

Longe de desconhecer esses elementos de padronização dos jovens por meio do consumo massivo, nosso intuito é perceber como parcelas da juventude não se enquadram nesta lógica e criam outras expressões, experimentam outros processos de subjetivação não serializados como é o caso, segundo entendemos, do NoAR.

Antes de entrarmos na reflexão sobre esta experiência específica, é preciso que qualifiquemos melhor o que é este novo regime de verdade ao qual faz referencia Wortman, porque ele se insere no contexto mais amplo da sociedade de controle que vivenciamos, onde inclusive o Estado tem papel ativo. Como advertem Margulis e Urresti (2000), a redução da juventude ao meramente simbólico resulta no esquecimento de que esta sua dimensão não é única e está relacionada às dimensões sociais, econômicas, políticas, históricas.

Estado e sociedade de controle

Já é quase um lugar-comum a idéia do enfraquecimento, ou desaparecimento, do Estado-nação. Muitos teóricos e analistas da pós-modernidade e/ou da globalização parecem concordar nesse ponto.

Mas se há sinais de que o Estado já não desempenha o mesmo papel, nem detém o mesmo monopólio de poder físico e simbólico que observamos ao longo da era moderna, é inegável que lhe resta algum fôlego. Ainda existem exército, polícia, regulamentos e serviços estatais. Em outras palavras, se uma parte do controle que é exercido sobre a sociedade não está na órbita estatal, outra importante parte permanece nas mãos de governantes.

³ Silvana Chmiel (2000) observa que, ao contrário da juventude sem causa e rebelde dos anos 50 aos 70, que era vista sob o estigma da marginalidade, a partir dos anos 90, ela passou a representar não apenas um valor positivo, mas um modelo a ser seguido por todos grupos etários. Na contemporaneidade, todos buscam ser “jovens legítimos”, o que não se refere à idade, mas aos rituais de (re)juvenescimento: o estilo, o dialeto, o corpo saudável etc.

O Estado-nação faz parte da lógica de funcionamento do império contemporâneo que é desterritorializado e desterritorializante. As nações, afirmam Hardt e Negri, “são absolutamente necessárias como elementos da ordem e da segurança globais”. As autoridades nacionais, estabelecidas ou impostas, “garantem a divisão internacional do trabalho e do poder, as hierarquias do sistema global e as formas do apartheid global” (HARDT; NEGRI, 2004, p. 23). Analisando a guerra global, os autores exemplificam a recente “criação de nações” no Iraque e no Afeganistão como aspecto do biopoder e da segurança.

Como situa François-Xavier Ajavon, o surgimento da biopolítica significou a superação da “dicotomia Estado/sociedade em proveito de uma gestão política direta da vida” (AJAVON, 2004, p. 23).

A biopolítica começa a se esboçar em fins do século XVIII como a tentativa do poder de se apoderar da vida em seu conjunto. A sociedade disciplinar tinha desenvolvido suas tecnologias e saberes sobre o corpo individualizado nos séculos XVII e XVIII. A disciplina que vigia, hierarquiza, classifica, inspeciona, relata, treina e pune o homem-corpo – uma anátomo-política do corpo humano.

As novas tecnologias que compõem a biopolítica não descartam as técnicas disciplinares. Muito pelo contrario, vêm completá-las, usando-as como suporte para dar conta do corpo não mais individualizado no meio da população, mas da população como um só corpo, do homem e da mulher não como indivíduos, mas como espécie, como homem-espécie – uma biopolítica da espécie humana.

A biopolítica não se entretém tanto com a disciplina mas com a regulamentação, com a tecnologia regulamentadora, previdenciária da vida, que faz viver e deixa morrer. Ora, a série corpo-disciplina necessita das instituições (escolas, hospitais, prisões) para se efetivar sobre o indivíduo. A série população-mecanismos regulamentadores exige, para alcançar as massas, a intervenção do Estado. O que Foucault (1999) denomina de conjunto biológico e estatal, de bio-regulamentação pelo Estado.

Não se deve, contudo, fazer uma cisão absoluta entre instituição e Estado, porque as disciplinas tendem a saltar o muro das instituições territorializadas e assumem muitas vezes feições estatais, como a polícia. Por sua vez, a série de regulamentações estatais atingem as instituições disciplinares. Daí, e até por estarem em níveis diferentes, esses conjuntos de poderes se articulam e se complementam.

O que liga as duas instâncias, o que transita entre a disciplina e a regulamentação, entre o corpo e a população, é a norma - poder horizontal e internalizado cuja força e efetividade estão, como aponta Olivier Devillaine (2004), em sua imanência. Na junção do poder disciplinar e do biopoder temos a sociedade normalizadora.

Ou a sociedade do controle, como denominam alguns pensadores. Entre eles, Deleuze (2000) que toma emprestado de Burroughs o termo qualificativo. Na sua avaliação, as sociedades contemporâneas se caracterizam cada vez mais por um controle contínuo e aberto, interminável, e não pelo confinamento das instituições disciplinares que estão em crise.

A lógica do confinamento é o molde, a do controle a modulação. A sociedade do controle é a da informação instantânea e permanente; da comunicação, cujo modelo maquínico é o cibernético, as máquinas de informática. Na sociedade de controle, os indivíduos possuem cifras e senhas, que podem garantir o acesso à informação, e não palavras de ordem como na sociedade

disciplinar. Os indivíduos se tornam “dividuais”, divisíveis, e as populações amostras de pesquisa, dados bancários.

Conclui-se, portanto, que o Estado persiste como indispensável, até segunda ordem. Em uma sociedade de controle e em um império desterritorializado, o aparato estatal funciona como mediação necessária entre o global e o local. Como observa Negri (2003), o Estado-nação articula as funções de domínio universal com as de ordem pública nacional.

Por sua vez, se vivemos em um tempo cuja lógica maquínica hegemônica é a da informação e da comunicação, os governos ainda detêm alguns monopólios no que diz respeito ao funcionamento das máquinas comunicacionais e cibernéticas – apesar das desregulamentações e privatizações no setor.

A questão é como pensar e agir de formas diferentes das dos modelos impostos pela sociedade de controle, aí incluído o Estado, utilizando-se de suas fissuras, suas brechas. Em conversa com Toni Negri, Deleuze afirmou que para ele e Guattari uma sociedade parecia se definir “menos por suas contradições que por suas linhas de fuga” (DELEUZE, 2000, p. 212). Portanto, quais as linhas de fuga possíveis já que estamos todos no interior do Império?

Deleuze acreditava que talvez a fala estivesse apodrecida e que, de toda forma, a comunicação fosse distinta da criação. Que o importante era o “desvio da fala”, criar “vacúolos de não-comunicação, interruptores, para escapar ao controle” (DELEUZE, 2000, p. 217). Mas não será possível uma outra linha de fuga além da não-comunicação? Ou, para retomar os termos com os quais iniciamos este artigo, um desvio da fala em relação à homogeneização do novo regime de verdade.

Na era da disciplina, o capital voltava-se para a produção, cujo tipo ideal era o fordismo. Daí a necessidade de normatizar os corpos trabalhadores, garantido maior produtividade. No capitalismo contemporâneo, o foco desvia-se da produtividade e dirige-se para os serviços, para as ações das bolsas. Na definição de Deleuze (2000), trata-se do “capitalismo de sobreprodução” da era pós-fordista onde a fábrica é superada pela empresa e o marketing torna-se instrumento de controle social.

Há no capitalismo contemporâneo a centralidade em torno do trabalho vivo, cada vez mais intelectualizado. Na empresa pós-fordista, cabe sempre mais ao trabalhador a necessidade de escolher entre alternativas e de assumir decisões, daí que o que deve ser organizado e comandado é a sua subjetividade. Como afirmam Lazzarato e Negri, “qualidade e quantidade do trabalho são reorganizados em torno de sua imaterialidade” e o trabalho do operário transforma-se “em trabalho de controle, de gestão da informação, de capacidades de decisão que pedem o investimento da subjetividade” (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 25).

Se o trabalho imaterial, entendido como trabalho abstrato ligado à subjetividade, é facilmente visível nos setores de ponta da produção capitalista, não podemos correr o risco de vê-lo como atividade restrita a poucos operários qualificados atuantes em um “modelo comunicacional” plenamente constituído. Como observam os autores, o trabalho vivo imaterial é a “forma de atividade de cada sujeito produtivo na sociedade pós-industrial” (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 26).

Todos se tornam produtivos, mesmo aqueles que não estão lidando dia-a-dia com o trabalho na empresa. Se a base da produção é o trabalho vivo, imaterial, este não se encerra apenas na produção, mas se encontra também na reprodução e no consumo. É o que Negri denomina de

“devir-mulher do trabalho”, esta produção e reprodução geral de subjetividade e de vida, pois “os processos de produção e de comunicação, os investimentos afetivos, os investimentos referentes à educação e à reprodução material dos cérebros estão prestes a se tornar cada vez mais essenciais” (NEGRI, 2001, p. 30).

Na lógica da produção imaterial, esta força criativa é a que interessa ao capital. Esta força-invenção em rede que, segundo Peter Pelbart, “se torna tendencialmente, na economia atual, a principal fonte do valor” (PELBART, 2002, p. 256). O principal capital fixo é aquele que o trabalhador traz em seu cérebro.

Segundo Maurizio Lazzarato, o sociólogo francês Gabriel Tarde, em seu trabalho *La psychologie économique*, propõe o conceito de subjetividade como potência e afirma que o conhecimento é o afeto mais importante – afeto entendido como “potência de agir”, seguindo Spinoza. O que possui conseqüências econômicas, a ponto de Lazzarato propor, além da teoria das riquezas, o desenvolvimento de “uma teoria dos conhecimentos baseada na crença e uma teoria das paixões baseada no sentir, fazendo dos conhecimentos e das paixões forças econômicas que explicam a especificidade das economias modernas” (LAZZARATO, 2003, p. 62).

O conhecimento não se constitui da mesma maneira que as outras mercadorias. Estas valem por sua raridade e a sua produção e o seu consumo implicam em alienação e despojamento. Já o conhecimento e o afeto baseiam-se na “emanação”, na “adição recíproca” em seu processo produtivo e de socialização. Suas fontes de valor são a invenção e a cooperação e não o sobre-trabalho e a utilidade.

Porém, sendo cada cérebro-corpo a fonte de valor da economia imaterial vigente, é também, para o trabalhador, a fonte de uma auto-valorização inédita na história do capitalismo. A partir desta tendência torna-se possível pensar na resistência desses corpos-inventores ao Império; na constituição de uma comunidade expansiva no exercício de seu trabalho imaterial, pois o poder imperial não pode ser imposto simplesmente de cima para baixo, já que trata com subjetividades singulares criadoras de sentido.

Esses corpos, essas subjetividades singulares juntas compõem a multidão (e não a massa ou o povo onde estão abolidas as diferenças). Temos aqui a positivação do conceito de biopolítica. Se em Foucault significa controle sobre a população, em Deleuze, Negri e outros o conceito passa a significar a força criadora da vida humana, a potência inventiva da multidão - um caldo biopolítico, o “magma material e imaterial, esse corpo-sem-órgãos que precede cada individuação e cada corpo, essa potência ontológica comum que no entanto tende para singularizações divergentes”, diz Pelbart (2002, p. 258).

Essa dimensão positiva, produtiva de biopolítica foi discutida longamente em *Mil Platôs* de Deleuze e Guattari. Como situam Negri e Hardt, os pensadores franceses apontaram o paradoxo do biopoder: ao englobar todas as esferas da vida perde a capacidade de mediar as diferentes forças sociais e propicia o surgimento de um novo meio (*milieu*) onde vigora a “máxima pluralidade” e a “incontornável singularização” – um meio do evento: “As resistências deixam de ser marginais e tornam-se ativas no centro de uma sociedade que se abre em redes” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 44).

Estamos todos dentro do regime biopolítico do Império. Não há o ‘fora’ e a política é pura imanência, tanto no seu aspecto negativo, de controle, quanto produtivo: de possibilidade de resistência criativa e de desejo por dentro do regime imperial; de constituir o tecido biopolítico de baixo para cima; de virtualidade entendida como “o conjunto de poderes para agir (ser, amar,

transformar, criar) que reside na multidão” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 379).

O que é preciso é investigar, como propõem os autores, as possibilidades do virtual em tocar no real, em exercer pressão nas bordas do possível; como a criatividade e o afeto desenvolvidos pelo trabalho imaterial podem se transformar em poder constituinte, em poder expansivo.

NoAR: Possibilidades do comum

Relembremos o que é o NoAR. Trata-se da atuação dos jovens reunidos em torno da ONG Alpendre, em Fortaleza, na produção de um programa de audiovisual veiculado na TV pública do estado do Ceará nas tardes de domingo. O NoAr tem uma hora de duração e é composto de várias curtas-metragem que exploram diversos gêneros: documentários, ficções, vídeo-clips etc. Há também um apresentador que vai conduzindo o telespectador durante o programa.

O projeto NoAr se iniciou em 2003 e em sua primeira versão trabalhou com 45 jovens entre 16 e 24 anos, todos eles vindos do Poço da Draga⁴. Atualmente o projeto encontra-se desativado, mas até a sua última turma, finalizada no primeiro semestre de 2009, passaram pela ONG mais de 100 jovens.

Durante o projeto, os jovens selecionados recebem uma formação variada, com disciplinas teóricas sobre filosofia, estética, comunicação, cultura e outras aplicadas à produção audiovisual como roteiro, direção, câmera, iluminação, edição, onde as lições são colocadas em prática na constituição de um programa-piloto do NoAr.

Todos os garotos e garotas participam das etapas de elaboração do vídeo, mas, ao longo do processo formativo, as singularidades se revelam e cada um vai, aos poucos, se especializando naquele trabalho que mais lhe satisfaz. Ao final, temos um coletivo de singularidades trabalhando, ou uma multidão, para usarmos o termo spinozista (*multitudo*).

Em outro momento, discuti como esse espaço de compartilhamento e de solidariedade entre os jovens, defendido pelo Alpendre, propiciou que estes se agrupassem não em tribos ou gangues endógenas e xenófobas, mas criassem entre si uma comunidade de sentidos, de afetos por meio de uma política de amizade, sinalizando para outras compreensões de política e de cidadania⁵.

Acrescentaria aqui que as criações midiáticas, resultado desta política de amizade, são “estratégias sensíveis no jogo da comunicação” no sentido que é dado ao termo por Muniz Sodré: “jogos de vinculação dos atos discursivos às relações de localização e afetação dos sujeitos no interior da linguagem” (SODRÉ, 2006, p. 10). Ou seja, além de informação, o NoAr permite o reconhecimento entre subjetividades, não só entre os jovens que o produzem, mas, virtualmente, entre estes e aqueles que assistem o programa.

Agora, gostaria de ensaiar uma compreensão do trabalho dos jovens no Alpendre na lógica do

⁴ O Poço da Draga é uma comunidade nas vizinhanças do Alpendre com mais de 60 anos de existência e situada à beira-mar, na região do antigo porto de Fortaleza. Segundo dados da Secretaria Estadual de Infra-estrutura, em 2001, o Poço da Draga era composto por 1071 moradores, sendo que 54,79% desta população são de jovens com até 25 anos e, entre os que já assumiam a manutenção da família, 59,74% recebiam até um salário mínimo. Tais perspectivas propiciam a delinqüência juvenil, como o consumo de drogas, tráfico e pequenos assaltos. Desde o início do Alpendre, os jovens da comunidade se envolveram com os projetos desenvolvidos pela ONG, como o TV de Rua em 2000 e o Circuito Contemporâneo de Artes Plásticas em 2001-2002.

⁵ Ver nota 3.

trabalho imaterial e do *general intellect*.

Primeiro, e de forma óbvia, pelo tipo de atividade desenvolvida, a produção audiovisual, totalmente inserida na economia pós-fordista do “capitalismo de sobre-produção”. Produção que requer a subjetividade, a criatividade e o afeto como matéria-prima.

O trabalho vivo dos jovens está na base deste “modelo comunicacional” de capitalismo. Trabalho este que não se encerra no espaço físico do Alpendre, nem no tempo em que os jovens lá estão. Ele se estende pelo tempo restante do dia-a-dia destes garotos e garotas que passam, sistematicamente, a ver o mundo pela ótica de suas atividades. Mesmo porquê vivendo em situação de vulnerabilidade social, sem melhores oportunidades de lazer e ensino formal, passam a ter como principal referência de assunto entre amigos, familiares e colegas de escola e trabalho as experiências vividas no Alpendre.

Outro aspecto fundamental é a forma cooperativada em que se dá o trabalho, onde tudo é discutido entre os participantes e todos têm a oportunidade de passar por cada uma das etapas da produção audiovisual.

Ao participar de forma ativa do processo comunicativo, os jovens tornam-se consumidores críticos dos sons e imagens ofertados em profusão no mercado informacional ao articularem produção e consumo por meio de seu trabalho.

Como observa Tiago Drummond (2004) sobre sua experiência na produção audiovisual, não devemos desconhecer o poder do “capitalismo de sobre-produção” em absorver diretamente ou posteriormente o trabalho vivo, a criatividade, a invenção – o que requer, no caso específico de que tratamos, uma análise minuciosa do funcionamento das grandes corporações midiáticas, onde a economia política da comunicação e da cultura tem muito a contribuir.

Mas devemos ter sempre em mente a contínua tensão entre potência e poder, entre invenção e conservação para perceber a constante criação de linhas de fuga às linhas de força hegemônicas dos dias de hoje.

Nessa perspectiva, o cérebro-corpo-inventor dos jovens produtores do NoAr não é só fonte de valor da economia material, mas também fonte de auto-valorização, e formam uma comunidade expansiva, constituinte, que resiste às formas da sociedade de controle, não por meio de vacúolos de não-comunicação, ou por falas apodrecidas, mas elaborando falas criativas, vivas.

Por sua vez, e para concluir, podemos arriscar que os jovens do NoAR expressam em seus vídeos o que é compartilhado entre eles, o que é comum. Seguindo as indicações de Paolo Virno, compreendemos que comum é o contexto do intelecto público (*general intellect*). Lembremos de Aristóteles que dizia que os lugares-comuns (*topoi koinoi*), não são formas banais, mas estruturas básicas, compartilhadas. Nas palavras de Virno, os “lugares-comuns” ao incorporarem a potência do intelecto constituem-se em lugares da mente. E, na via inversa, “a vida da mente, condensada em lugares compartilhados por todos, mostra-se comum”(VIRNO, 2008, p. 94). Assim, eles se diferenciam dos “lugares-próprios” ou especiais (*topoi idioi*), lugares dos grupos, das exclusividades, das identidades estáveis.

A experiência do comum se dá na superabundância do mundo, ou seja, na máxima exposição dos jovens criadores do NoAR ao mundo, ocorre a máxima aproximação de seus lugares da mente. Seu caráter de bem compartilhado qualifica suas ações e seus discursos. Assim, o intelecto é comum, e, por decorrência, público.

No entanto, se o *general intellect* não ocupa um lugar específico (já que não se trata de *topoi idioi*), ele pode constituir uma espacialidade própria, ele pode dar lugar, que é um lugar político, uma comunidade política – o contexto de ação dos que compõem a multidão. Lugar onde “se distinguem, se reúnem e se separam, tomam decisões e cuidam das questões comuns”; onde traçam “posições e parábolas e ajustes, fazem valer plenamente o ser-muitos deles” (VIRNO, 2008, p. 102). Ou seja, uma esfera pública.

Artigo recebido em 18/12/2009. Aprovado em 24/02/2010

Referências

AJAVON, François-Xavier. Biopolitique. In: LECLERCQ, S. (org.). *Abécédaire de Michael Foucault*. Paris: Vrin, 2004. p. 21-23.

BARBALHO, Alexandre. Imagens constituintes: Uma análise de (contra)discurso. *Comunicação & Educação*, V. 14, p. 53-62, 2009.

_____. A criação está NoAR: Juventude, mídia e cidadania. In: FUSER, Bruno (org). *Comunicação para a cidadania: Caminhos e impasses*. Rio de Janeiro: E-papers, 2008. p. 163-178.

_____. Jovens com idéia na cabeça e câmara na mão: Biopolítica e trabalho imaterial na produção audiovisual. *Cinética*, V. 01, p. 01-14, 2007.

_____. No ar da diferença: Mídia e cultura nas mãos da juventude. *Comunicação & Informação (UFG)*, V. 09, p. 08-15, 2006.

CHMIEL, Silvia. El milagro de la eterna juventud. In: MARGULIS, Mario (org). *La juventud es más que una palabra: Ensayos sobre cultura y juventud*. Buenos Aires: Biblos, 2000. p. 69-84.

COCCO, G.; HOPSTEIN, G. *As multidões e o Império: entre globalização da guerra e universalização dos direitos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2000.

DEVILLAINE, Olivier. Norme. In: LECLERCQ, S. (org.). *Abécédaire de Michael Foucault*. Paris: Vrin, 2004. p. 123-125

DRUMMOND, Thiago. Trabalho e produção de subjetividade. *Lugar Comum*, n. 19-20, Rio de Janeiro, 2004, pp. 107-124.

FOUCAULT, Michael. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HARDT, M.; NEGRI, T. *Multitude: war and democracy in the age of empire*. Londres: Penguin, 2004.

_____. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LAZZARATO, Maurizio. Trabalho e capital na produção dos conhecimentos: uma leitura através da obra de Gabriel Tarde. In: GALVÃO, A.; SILVA, G.; COCCO, G. (orgs.). *Capital cognitivo: trabalho, redes e inovação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 61-81.

_____; NEGRI, Antonio. *Trabalho imaterial: Formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La juventud es más que una palabra. In: MARGULIS, Mario (org). *La juventud es más que una palabra: Ensayos sobre cultura y juventud*. Buenos Aires: Biblos, 2000. p. 13-30

NEGRI, Antonio. *5 Lições sobre o Império*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. *Exílio: seguido de Valor e Afeto*. São Paulo: Iluminuras, 2001.

_____. *A anomalia selvagem: poder e potência em Spinoza*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

PELBART, Peter Pal. Pouvoir sur la vie, puissance de la vie. *Multitude* 9. May-June 2002.

SODRÉ, Muniz. *As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política*. Petrópolis: Vozes, 2006.

VIRNO, Paolo. *Virtuosismo e revolução: A ideia de “mundo” entre a experiência sensível e a esfera pública*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

WORTMAN, Ana. Televisión e imaginários sociais: Los programas juveniles. In: MARGULIS, Mario (org). *La juventud es más que una palabra: Ensayos sobre cultura y juventud*. Buenos Aires: Biblos, 2000. p. 103-132.